



Os deputados da esquerda peemedebista ficaram ultra-satisfeitos com o almoço oferecido por Sarney

Ala esquerda apoiará Sarney

O ministro da Justiça, Fernando Lyra, saiu muito otimista do almoço que teve ontem com o presidente José Sarney, no Palácio do Jaburu, em companhia de seis deputados federais da "esquerda independente" do PMDB. As razões do otimismo do ministro: a esquerda peemedebista decidiu: 1) dar apoio político incondicional a Sarney; 2) participar do processo de construção do Pacto Nacional.

"A esquerda do PMDB", disse o ministro da Justiça, ao sair do almoço com Sarney, "foi decisiva para que o presidente Tancredo Neves conseguisse a vitória no Colegio Eleitoral. Agora, há uma tendência do PMDB de entrar e se inteirar mais com o presidente da República e dos problemas do governo, para que a transição democrática seja consolidada".

O almoço

Além do ministro Lyra, almoçaram ontem com Sarney os deputados federais Miguel Arraes (PE), Francisco Pinto (BA), João Gilberto (RS), João Hermann (SP), Alencar Furtado (PR) e Airton Soares (SP). Antes do almoço ser servido, às 13 horas, foi permitida a presença de fotógrafos e cinegrafistas, no interior do Palácio, para o registro de imagens do encontro. Ao final, por volta das 15h30min, os convidados de Sarney deixaram o Palácio do Jaburu.

Os deputados foram em companhia do ministro da Justiça e entregaram um documento ao presidente Sarney, propondo alternativas políticas, sociais e econômicas para os principais problemas que o governo está enfrentando, nesses três primeiros meses de instalação. Sarney prometeu pronunciar-se futuramente sobre o documento e as sugestões apresentadas, quando fará uso nova reunião com a ala esquerda do PDS.

Ressaca

Lyra definiu o almoço com "uma reunião cujo objetivo foi costurar a Aliança Democrática. No entender do ministro, a falta de apoio político que Sarney está encontrando no Congresso Nacional ainda é "uma consequência da ressaca democrática que o País está vivendo". Lyra acredita que esse problema será superado dentro de pouco tempo.

"O meu otimismo", explicou o ministro da Justiça, "como resultados desse almoço político, é o seguinte: foi com os deputados Miguel Arraes — inicialmente —, Airton Soares, João Gilberto e Alencar Furtado, que nós conseguimos o trabalho de articulação política que permitiu a vitória do presidente Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Agora, esses mesmos personagens vieram almoçar com Sarney e reafirmaram que não apenas a esquerda do PMDB, mas o partido como um todo, está apoiando o governo", concluiu.

Nova República promove novo cadastramento

"A verdade eleitoral é um ponto de honra da Nova República". Foi com esta frase que o presidente Sarney reafirmou, ontem, o propósito do governo promover um amplo cadastramento eleitoral, que deverá ser iniciado brevemente, inclusive com o auxílio de computadores. Sarney falou com cinco jornalistas que foram sorteados pela Secretaria de Imprensa do Planalto.

Vão fazer o cadastramento eleitoral a Justiça Eleitoral, o Ministério da Justiça e o Serpro, que entrará com o apoio tecnológico, com seus terminais de computadores. Segundo dados do ministro Fernando Lyra, da Justiça, o governo vai gastar US\$ 100 milhões com esse trabalho.

O ministro da Justiça disse ainda que o cadastramento eleitoral, com o uso de computadores, era uma intenção do presidente Tancredo Neves.

Comunicação é falha

O presidente José Sarney, que não está nada satisfeito com o apoio político que vem recebendo da Aliança Democrática, vai criar novos canais de comunicação entre o Executivo e o Legislativo. O objetivo é informar com maior rapidez ao Congresso Nacional as decisões mais importantes do governo e, desta forma, fortalecer também o apoio da classe política a Sarney.

Esta informação foi revelada ontem pelo ministro da Justiça, Fernando Lyra. Em companhia de seis deputados que compõem o grupo de 100 parlamentares integrantes da chamada "esquerda independente" do PMDB, Lyra almoçou ontem com o presidente Sarney, no Palácio do Jaburu. Este tema fez parte do cardápio político.

O trabalho de comunicação existente entre Sarney e o Congresso Nacional, hoje, é feito basicamente pelo ministro José Hugo, do Gabinete Civil, e Roseana Sarney, filha do estudante, agora, Sarney está estudando uma fórmula para ampliar a sua assessoria parlamentar.

O ministro Fernando Lyra disse ainda que não é possível as lideranças do governo — cinco, ao todo, três do PMDB e dois do PFL — agilizarem a intercomunicação entre suas bancadas. Na Câmara, o PMDB tem mais de 200 deputados. O PFL tem mais de 100. Sarney acredita que, agilizando a comunicação entre o Planalto e o Congresso, o governo fica politicamente mais fortalecido.

Com esses novos canais de

comunicação entre o Planalto e o Congresso, o ministro Fernando Lyra acredita que o presidente da República estará buscando "caminhos de entendimentos na área política".

Lyra citou um exemplo concreto: "Somente ontem, durante o almoço que tivemos com o presidente, é que ele teve oportunidade de explicar com detalhes aos parlamentares essa questão polêmica do reajuste do Banco Nacional de Habitação (BNH). Nesse caso mesmo ficou patente que houve falha na comunicação entre o governo e a classe política. O que Sarney quer é corrigir erros como esse".

O presidente Sarney já ouviu de quatro governadores a afirmação de que o Executivo está sem apoio político no Congresso Nacional. Forameles: Franco Montoro (PMDB-SP), que telefonou para o presidente na última terça-feira; José Richa (PMDB-PR), que considera que o seu partido ainda está adquirindo, na prática, a experiência de ser governo; Espiridiano Amin (PDS-SC) e Jair Soares (PDS-RS).

Para o governador do Paraná, que foi recebido em audiência na tarde de quinta-feira pelo presidente da República, Sarney queixou-se inclusive que a viagem que fará em agosto ao Uruguai foi aprovada no Senado por apenas um voto de maioria. Sarney, que é minoritário no Senado — porque o PDS, PTB e PDT, que são oposição, formam a maioria — achou um absurdo esse fato.

Presidente paga ônus da transição

"O presidente está pagando o ônus de um governo de transição". Desta forma o ministro Marco Maciel explica as dificuldades encontradas por Sarney para encontrar apoio parlamentar a suas decisões. A seu ver a culpa não é do governo, mas do processo político atual. "Cujos quadros partidários foi impulsionado, com as legislações votadas há pouco".

Na opinião do ministro da Educação, a legislação que facilita a criação de novos partidos pulverizou demais o quadro. Essa situação só será resolvida na Constituinte, acredita Maciel.

Apesar dos problemas, Marco Maciel frisou que a Aliança Democrática, de modo geral, apóia o presidente. "A Aliança está em plena atividade, superando os desafios que estão sendo lançados". Ele disse que muita coisa já foi feita no pouco tempo do governo Sarney, que para Maciel só começou realmente no dia da primeira reunião ministerial que ele comandou em abril, depois do falecimento do presidente Tancredo Neves.

Enquanto defende a união da Aliança em torno das decisões do presidente José Sarney, Marco Maciel admite as coligações a nível estadual. "O Pacto é nacional, não guarda relação com problemas estaduais e tampouco municipais. Cada partido, nos Estados, deve ver qual a melhor direção a seguir, avaliados os conflitos regionais".

Maciel defende apenas "em tese", a união PMDB-PFL nas eleições municipais. "Se isso não vier a ocorrer, nada de grave estaria ocorrendo. Não quer dizer que a Aliança estaria se diluindo".

Candidatura

"Sou candidato a bem despenhar minhas funções no Ministério". Desta forma Maciel descartou especulações em torno

de seu desligamento da Educação para reassumir seu lugar no Congresso e na Constituinte. Quanto a candidatura à Presidência na sucessão de Sarney, o ministro disse que "não gostaria de falar nisso por enquanto". Ele disse que as eleições municipais e a preparação para a Constituinte são assuntos mais importantes no momento.

A entrevista de Maciel foi concedida ontem aos jornalistas em sua residência, após um dos inúmeros almoços que ele costuma oferecer a parlamentares. Desta vez ele convidou "deputados que são ou foram ligados à área de educação", João Faustino (PFL) e Tarciso Burity (PDS), ex-secretários de Educação, Jônatas Nunes (PFL), ex-ônitor da Universidade Federal do Piauí, Genebaldo Correia (PMDB) e Rômulo Galvão (PDS), ex-presidente da Comissão de Educação da Câmara.

Marco Maciel disse que o Ministério da Educação foi um desafio que aceitou e que pretende prosseguir. "a não ser que o presidente não queira". Brincando, ele disse que é "admissível em português" e "demissível em latim". "Sou demissível ad-nutum".

Reforma Agrária
O ministro da Educação acha boa a ideia de se prorrogar a discussão sobre a reforma agrária, pois acredita que somente com a participação da sociedade se chegará a um consenso. Maciel acha que a matéria é polêmica e contraria interesses fortes, por isso a existência de tantas críticas.

Setores conservadores, na opinião do ministro, não admitem a reformulação da estrutura fundiária do País. "Mas é importante dizer que este processo não se dará de forma radical. Ninguém poderá acusar o presidente José Sarney de ter sido radical".

Documento chegou também a Ulysses

Os deputados integrantes da chamada esquerda do PMDB — Miguel Arraes, Alencar Furtado, Francisco Pinto, Airton Soares, João Gilberto e João Hermann Neto — entregaram ontem ao presidente José Sarney, durante almoço no Palácio do Jaburu, documento no qual sugerem que seja definida a direção das mudanças no governo. O documento, que os parlamentares definem como "um texto básico de trabalho" também foi encaminhado ao presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães. Os autores observam que a Nova República não poderá ser uma figura de retórica ou uma abstração, nem se expressar através de um governo morno, rotineiro, e obediente às regras impostas pelo modelo econômico financeiro do governo anterior. Entre as mudanças propostas eles salientam as seguintes:

1° — Mudança na política econômica, promovendo reformas estruturais que possibilitem a construção de um novo estilo de desenvolvimento. 2° — Mudanças na política de Endividamento Externo, suspendendo provisoriamente o pagamento das amortizações e juros da dívida externa até que se apure, através de auditoria, sua legitimidade. 3° — Mudança no método de combate à inflação, promovendo um Grande Acordo Nacional coordenado pelo Estado e com a participação de representantes das forças produtivas (capital e trabalho), com prazo fixado pelas partes e com a finalidade de congelar preços de produtos alimentícios, vestuário e medicamentos, alugueis, prestação da casa própria, taxas e tarifas do serviço público e salário nas empresas públicas e privadas, com o compromisso de uma reposição dos salários dos trabalhadores, defasados nestes vinte anos, cujo percentual e ajuste serão definidos pelas partes interessadas, incumbindo-se o Estado e os respectivos sindicatos de fiscalizarem o cumprimento deste acordo, sem prejuízo das denúncias populares. 4° — Sustar durante a vigência do Acordo Nacional as remessas de lucro, de royalties e de juros para o exterior. 5° — Mudança de estilo e prática de governo, para que não se repitam os vícios de ontem, de modo a estabelecer a credibilidade nas autoridades e reabilitar a confiança nas estruturas do Estado, corroidas pelo autoritarismo e moralmente deformadas pela corrupção.

O documento finaliza que não haverá Assembleia Constituinte livre e soberana, sem legitimidade na sua representação. Constituintes eleitos através da fraude e do abuso do poder econômico não só corrompem o processo eleitoral nacional e popular. E prega a restauração dos direitos das vítimas dos Atos Institucionais e leis de exceção, com uma verdadeira Anistia ampla e irrestrita. Portanto, impõe-se como pré-requisito da Constituinte um recadastramento eleitoral, aperfeiçoando-se o processo de alistamento, de votação e apuração, e utilizando-se dos modernos métodos que a informática e o computador colocam a nossa disposição.

Os signatários do documento reconhecem que o governo se instalou há pouco tempo. Tempo suficiente, porém, para demarcar os limites de um projeto global para o país. "E nenhum governo poderá sobreviver na indefinição de seus próprios objetivos táticos e estratégicos". E finalizam:

"Nossa preocupação é a de mobilizar todos os que se interessam pelas soluções dos problemas nacionais."